ISSN 2594-4606

JOURNAL OF HEALTH CONNECTIONS | VOL. 7 NUM. 1., 2019.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: A VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS

PROGRAMA SALUD EN LA ESCUELA: LA VISIÓN DE LOS FUNCIONARIOS

[1]Maria Lúcia de Mendonça Sandes, [2] Stefani Catarina Gois Santana, [3]Jéssica Natália de Oliveira Chaves

[1]Enfermeira. Especialista em Enfermagem do trabalho pela UNINTER, em Auditoria em andamento pela Faculdade Estácio de Sergipe e Mestrado em Administração em Serviços de Saúde pela UCES (Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales). Docente do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Estácio de Sergipe. Aracaju/SE, Brasil.

[2]Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Estácio de Sergipe. E-mail: stefani.enf2@gmail.com. E-mail: stefani.enf2@gmail.com. Endereço: Rua Teixeira de Freitas, 10. Salgado Filho. Cep 49020-530. Aracaju, SE, Brasil.

[3]Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Estácio de Sergipe. Aracaju/SE, Brasil.

Recebido em 08/02/2018. Aprovado em 24/05/2019

RESUMO

A escola se configura como um cenário para ações de saúde. Assim, o Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído afim de promover a aquisição de práticas que visem à promoção, manutenção e recuperação da saúde do escolar e dos sujeitos do contexto e realidade da escola, como a comunidade em que está inserida e os funcionários da mesma. Quando questionados sobre o PSE, grande parte desses funcionários demonstra-se passiva em relação às propostas estabelecidas e com pouco conhecimento, conceituando o programa de forma parcial e superficial. Este estudo objetivou conhecer a visão dos funcionários em relação à implantação do Programa Saúde na Escola – PSE no seu ambiente de trabalho. Trata-se de um estudo descritivo, observacional, realizado no período de agosto a dezembro de 2017, onde funcionários de um colégio da rede pública de ensino da cidade de Aracaju, Sergipe, foram submetidos a uma entrevista com questionamentos sobre o PSE e as orientações e informações que receberam quanto ao programa. Posteriormente todos os dados foram transferidos para uma planilha no Microsoft Excel para análise estatística. Evidenciou-se que 73,9% dos entrevistados conhecem o significado do Programa de Saúde na Escola, ainda que 93,5% desses não tenham realizado nenhuma capacitação sobre o programa. Assim pretende-se exibir a opinião deste público com o intuito de contribuir para estudos, pesquisas voltadas para essa área, fortalecimento de ações de promoção de saúde e intensificação de conhecimentos, mediante os 89,1% que afirmam haver necessidade de maiores informações e orientações quanto ao Programa de Saúde na Escola.

Descritores: Educação em saúde; Intersetorialidade; Saúde Escolar; Atenção primária à saúde.

RESUMEN

La escuela se configura como un escenario para acciones de salud. Así, el Programa Salud en la Escuela (PSE) fue instituido a fin de promover la adquisición de prácticas que apunte a la promoción, mantenimiento y recuperación de la salud del escolar y de los sujetos del contexto y realidad de la escuela, como la comunidad en que está inserta y los funcionarios de la misma. Cuando se les preguntó sobre el PSE, gran parte de esos funcionarios se mostró pasiva en relación a las propuestas establecidas y con poco conocimiento, conceptuando el programa de forma parcial y superficial. Este estudio objetivó conocer la visión de los funcionarios en relación a la implantación del Programa Salud en la Escuela - PSE en su ambiente de trabajo. Se trata de un estudio descriptivo, observacional, realizado en el período de agosto a diciembre de 2017, donde funcionarios de un colegio de la red pública de enseñanza de la ciudad de Aracaju, Sergipe, fueron sometidos a una entrevista con cuestionamientos sobre el PSE y las orientaciones e información que recibieron en cuanto al programa. Posteriormente todos los datos se transfirieron a una hoja de cálculo en Microsoft Excel para análisis estadístico. Se evidenció que el 73,9% de los entrevistados conocen el significado del Programa de Salud en la Escuela, aunque el 93,5% de ellos no ha realizado ninguna capacitación sobre el programa. Así se pretende mostrar la opinión de este público con el propósito de contribuir a estudios, investigaciones dirigidas a esa área, fortalecimiento de acciones de promoción de salud e intensificación de conocimientos, a través del 89,1% que afirman que es necesario más información y orientaciones en cuanto al Programa de Salud en la Escuela.

Descriptores: Educación en salud; Intersectorialidad; Salud Escolar; Atención primaria a la salud.

INTRODUÇÃO

A escola é identificada como um espaço de relações privilegiado para o desenvolvimento crítico e político, contribui na construção de valores pessoais, hábitos de vida e crenças, e interfere diretamente na produção social e na saúde (BRASIL, 2009; BRASIL, 2014; DIAS et al., 2014; WHO, 1998). A educação em saúde na escola pretende coadjuvar para promoção, manutenção e recuperação da saúde do escolar e da comunidade em que está inserido (MONTEIRO; BIZZO, 2015; OMS, 2006; SANTIAGO et al., 2012).

A estratégia de promoção da saúde no ambiente escolar foi introduzida no Brasil a partir da década de 30, com a finalidade de dar atenção à criança inserida na escola. Por conseguinte, passou por diversas etapas até que, nos anos 80, sua interpretação despontou como competência da esfera da saúde (CARVALHO, 2015; SILVA, 2010).

Considerando que, na sua pluralidade, os funcionários das escolas não abrangem um saber inerente a educação em saúde, constatados por meio de baixos níveis de conhecimento e atuação desses funcionários relacionados à educação em saúde, embora alguns possuam formação na área da educação. Destarte, o enfermeiro revela-se imprescindível nas ações de saúde no âmbito escolar (MACHADO et al., 2015).

O principal artifício pelo qual se dá a atuação do enfermeiro, e de outros profissionais da saúde, na escola é o Programa Saúde na Escola - PSE, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007 que surgiu como uma política intersetorial entre o Ministério da Saúde e Educação, com a finalidade de prestar atenção integral à saúde de todos aqueles inseridos na rede básica de ensino junto à Estratégia Saúde da Família (BRASIL, 2007; BRASIL, 2013a; FERREIRA et al., 2012).

A Gestão do PSE é centrada em ações compartilhadas e corresponsáveis, o trabalho pressupõe a interação com troca de saberes; compartilhamento de poderes e afetos entre profissionais da saúde e da educação, educandos, funcionários da escola, comunidade e demais redes sociais (BACKES et al., 2014; BRASIL, 2012; BRASIL, 2013b; SILVA et al., 2016).

Os educadores conseguem identificar os principais problemas de saúde, mas não se sentem capacitados para lidar com as diferentes situações. Essa inaptidão pode resultar na insegurança ou conduta inadequada diante da conjuntura, justificando a importância do enfermeiro na escola e sua presença como colaborador nas ações voltadas à saúde junto

ao PSE (MACHADO et al., 2015). Dessa forma, o presente estudo objetivou conhecer a visão dos funcionários em relação à implantação do Programa Saúde na Escola no seu ambiente de trabalho.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, observacional, desenvolvido em um colégio da rede pública de ensino da cidade de Aracaju, Sergipe, no período de agosto a dezembro de 2017. Caracteriza-se pelas investigações em que se realiza coleta de dados junto a pessoas, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (SOUZA et al., 2013).

Como critérios de inclusão na amostra, os indivíduos deveriam fazer parte do quadro de funcionários da instituição, remunerados ou não, e ser maiores de 18 anos. Todos os funcionários do colégio foram convidados a participar da pesquisa. Excluíram-se os que se recusaram a participar do estudo.

Anterior do início da coleta de dados, os funcionários foram esclarecidos sobre os objetivos, metodologia e confidencialidade dos dados da pesquisa. Após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o instrumento da pesquisa foi aplicado em sala reservada para esse fim, dentro da própria escola. A garantir confidencialidade das informações.

O instrumento da pesquisa consistia em um questionário dividido em 2 tópicos: identificação do funcionário e dados sobre o PSE, que incluía conceito, capacitação e opinião quanto ao programa. Posteriormente todos os dados foram transferidos para uma planilha no Microsoft Excel para análise estatística.

Para análise descritiva da amostra, foram realizadas medidas de frequência e porcentagem. Os dados foram transformados em gráficos e tabelas com auxilio do Microsoft Excel.

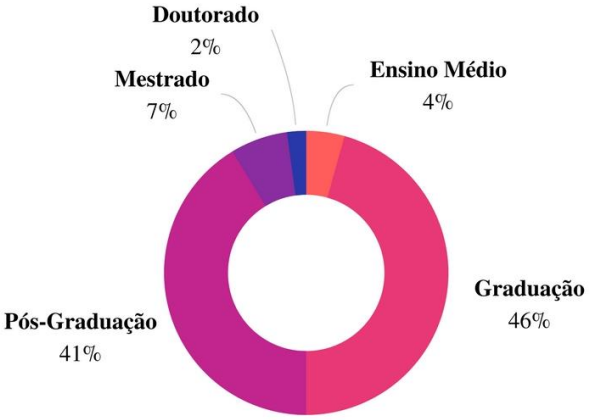
O projeto atende aos critérios de ética em pesquisa com seres Humanos conforme n° 466/2012 do CONEP foi submetido para avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Faculdade Estácio de Sergipe e encontra-se aprovado na Plataforma Brasil com o número CAAE: 70839417.8.0000.8079.

RESULTADOS

Dentre os 46 funcionários que aceitaram participar da pesquisa, o ofício mais frequente foi a de professor, totalizando 91,3% (n=42) dos respondentes. As demais funções foram: coordenador, secretário e cargos do setor administrativo.

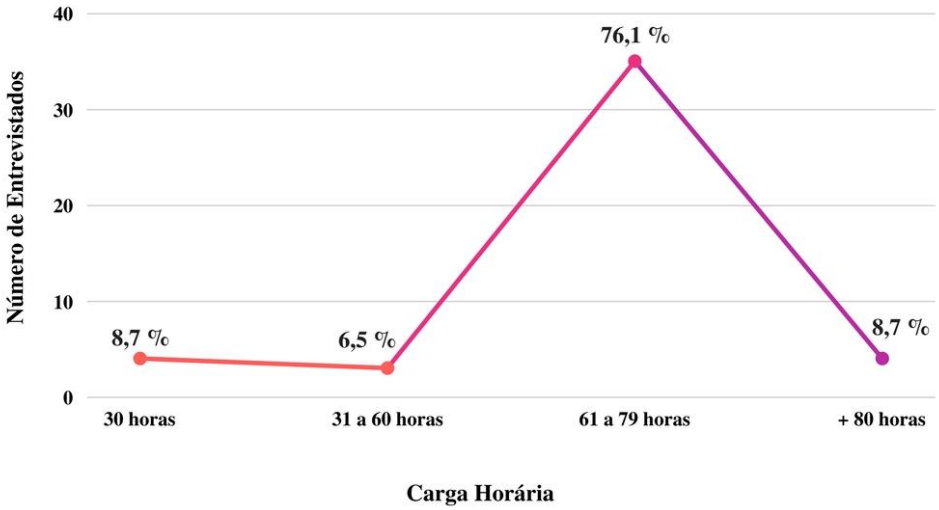
Os dados preeminentes afiguram os seguintes itens: Faixa etária entre 30 e 39 anos (52,2%); Gênero feminino (52,2%); Raça parda (47,8%); Tempo de exercício profissional entre 6 a 15 anos (45,7%). O gráfico 1 demostra os níveis de escolaridade entre os profissionais respondentes.

Figura1 – Nível de escolaridade de profissionais de escola pública. Aracaju, SE, 2017.



O percentual de 58,7% (n=27) revela ter um segundo mister, desse modo a carga horária de atividades laborais figura altas taxas como demonstra o gráfico 2.

Figura 2 – Carga horária de exercício profissional indicada pelos entrevistados. Aracaju, SE, 2017.



As respostas obtidas quanto ao conhecimento dos profissionais no que concerne o Programa Saúde na Escola (PSE), expressaram que 73,9% (n=34) demonstraram algum conhecimento sobre o programa. Contudo, 56,5% (n=26) desconheciam a existência do PSE na instituição, 6,5% (n=3) negaram o programa na escola e 37% (n=17) conheciam o programa na instituição.

A Tabela 1 evidencia uma associação entre os profissionais da instituição com o Programa Saúde na Escola. Investigou-se a realização de capacitação e participação nas atividades desenvolvidas pelo PSE, bem como o vínculo dos profissionais da instituição escolar com os do Programa de Saúde da Família da região.

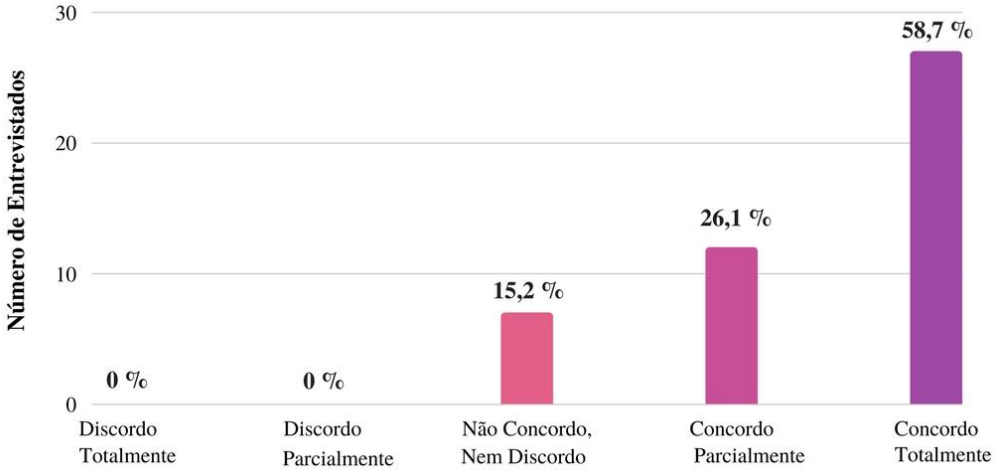
Tabela 1 – Distribuição da amostra de acordo com a realização de capacitação e atividades desenvolvidas pelo Programa Saúde na Escola, e estabelecimento de vínculo com profissionais de saúde do Programa de Saúde da Família. Aracaju, SE, 2017.

Questionamentos	Resposta	N	%
Participou ou participa de atividades desenvolvidas pelo PSE	Sim	7	15,2
	Não	39	84,8
Realizou alguma capacitação através do PSE	Sim	3	6,5
	Não	43	93,5
Há algum vínculo estabelecido com os profissionais de saúde do PSF local	Sim	4	8,7
	Não	40	87,0
	Parcialmente	2	4,3

Dentro os que realizaram algum tipo de capacitação, apenas 2,2% o fizeram nos últimos cinco anos, os demais (4,3%) acima dos seis últimos anos. Quando questionada a justificativa para o não estabelecimento de vínculos com os profissionais de saúde do PSF, 71,7% (n=33) pautaram sua resposta na incompatibilidade de horário.

Indagou-se aos participantes sobre o reconhecimento dos benefícios do Programa Saúde na Escola, o gráfico 3 exprime o posicionamento dos respondentes.

Figura 3 – Nível de concordância dos benefícios adquiridos na implantação do Programa Saúde na Escola. Aracaju, SE. 2017.



Tendo em vista a importância do conhecimento adequado quanto à implantação, atividades, capacitação e orientações sobre o PSE nas escolas, cujo programa encontra-se ativo, questionou-se a necessidade de maiores informações nesse aspecto. E 89,1% (n=41) dos respondentes afirmaram haver tal necessidade, 10,9% (n=5) disseram que não.

DISCUSSÃO

Os profissionais da rede pública de ensino demonstraram pouco conhecimento sobre a definição e função do Programa Saúde na Escola. Resultados que corroboram com o estudo realizado por GRACIANO (2014), mostra que quando questionados sobre o PSE, grande parte dos funcionários exprimem passividade em relação às propostas estabelecidas e com pouco conhecimento, conceituando o programa de forma parcial e superficial.

A amostra afirmou hegemonicamente não ter participado de atividades de capacitação sobre o PSE. Nessa perspectiva, ao verificar o posicionamento autorreferido sobre os benefícios do programa, demonstrou que muitos concordam com esses benefícios, mesmo com as taxas elevadas de não participação e realização de capacitação predita, assim como nos estudos de COSTA (2013) e MORAES (2016), que afirmaram aprová-lo, ressaltando a importância da atenção à saúde dos escolares, mesmo diante à baixa adesão por parte dos profissionais ao programa.

Parte do conhecimento de saúde está relacionada com os conteúdos abordados na escola e na sala de aula. Para CARVALHO (2015) é no ambiente escolar que ocorre uma

imersão, dado o espaço diferenciado, potencializando e conjecturando o saber do fazer, direcionando à ações coletivas e a integração docente-assistencial. Para a realidade da presente pesquisa, essa preocupação faz sentido, visto que o conhecimento dos profissionais a respeito do PSE é reduzido.

Os educadores conseguiram identificar os principais problemas de saúde, mas confirmaram não ser capacitados o suficiente para lidar com as diferentes situações relacionadas à ausência de saúde que vivenciam. Essa não capacitação pode resultar na insegurança ou conduta inadequada diante de cada situação (MACHADO et al., 2016).

Tendo em vista as carências oriundas na formação dos educadores e profissionais de saúde, com relação à educação para construção de conhecimentos necessários à atuação no programa, devido a dificuldade dos mesmos em lidar com os temas, nota-se que a junção entre PSE e PSF, facilita a construção do planejamento, execução das atividades, comunicação e melhoria do feedback (GOMES, 2016).

O estudo, realizado no estado de Sergipe em 2013, indica a falta de material didático como um dos limites do PSE por 70% dos educadores, quesito que tende a diminuir a efetividade do programa e pode agravar se o educador sentir-se desmotivado para desenvolver as atividades. Outra condição, de acordo com 90% dos professores, denota que as secretarias de educação e saúde, responsáveis pelo desenvolvimento do PSE, não ofertam curso de formação continuada em serviço, sabendo que estas fazem o docente socializa as práticas bem sucedidas, construindo novos conhecimentos e aprendizagens (SANTOS; SILVA; NASCIMENTO, 2016).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como limitação uma amostra pequena, que não impossibilitou o alcance dos objetivos. Sugere-se que novas pesquisas sobre o tema sejam realizadas, a fim de promover melhor compreensão da realidade vivida pelos profissionais, focando no preparo e na capacitação quanto ao Programa de Saúde na Escola.

Conclui-se que os profissionais reconhecem os benefícios do Programa Saúde na Escola para a instituição de ensino, contudo na visão deles há necessidade de maiores informações, orientações e apoio quanto à sua implantação.

REFERÊNCIAS

BACKES, D. S. et al. Trabalho em equipe multiprofissional na saúde: da concepção ao desafio do fazer na prática. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 15, n. 2, p. 277-289, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.286**, de 5 de dezembro de 2007. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14578%3Aprograma-saude-nas-escolas&Itemid=817>. Acesso: 16 mar 2017.

_____. **Ministério da Educação**. Programa Saúde na Escola. 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.phpoption=com_content&view=article&id=16795&Itemid=1128>. Acesso em: 17 de mar de 2017.

_____. **Ministério da Saúde**. Portaria Interministerial Nº 1.413, de 10 de julho de 2013. 2013b.

_____. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola: Caderno de atenção básica nº 24. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Série E. Legislação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. **Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. 6 ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

CARVALHO, F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em praticas pedagógicas. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, mai, 2015.

COSTA, G. M. C. et al. Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 506-15, abr-jun, 2013.

COSTA, G. M.; FIGUEREDO, R. C.; RIBEIRO, M. S. A importância do enfermeiro junto ao PSE nas ações de educação em saúde em uma escola municipal de Gurupi – TO. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v. 6, n. 2, p. 6, abr, 2013.

DIAS, M. S. A. et al. Programa saúde na escola: tecendo uma análise nos documentos oficiais. **SANARE,** Sobral, v. 13, n. 1, p. 29-34, jan/jun, 2014.

FERREIRA, I.R. et al. Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta Atlas TI. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 17, n. 12, p. 385-3398, dez, 2012.

GOMES, A. L. Formação dos trabalhadores de educação e saúde do Programa Saúde na Escola em um município do Vale do Rio Pardo**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Santa Cruz do Sul**, 2016.

GRACIANO, A. M. C. Percepção dos professores do ensino fundamental sobre o Programa Saúde na Escola. **Tese de Doutorado apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte – MG, 2014.

MACHADO, M. F. A. S. et al. Programa saúde na escola: estratégia promotora de saúde na atenção básica no brasil. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, 25, n. 3, p. 307-312, dez, 2015.

MACHADO, W.D. et al. “Programa Saúde Na Escola”: Um Olhar Sobre A Avaliação Dos Componentes. **Revista de Políticas Públicas SANARE**, Sobral, v.15 n.01, p.62-68, Jan./Jun., 2016.

MONTEIRO, P. H. N.; BIZZO, N. A saúde na escola: Análise dos documentos de referência nos 40 anos de obrigatoriedade dos programas de saúde. Rio de Janeiro 1971-2011. **História, ciências, saúde**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 411-427, abr/jun, 2015.

MORAES, J. C. D.; PAES, I. A. D. C.; Percepções de uma equipe multiprofissional atuante no programa saúde na escola. **Revista Científica da FHO|UNIARARAS**, Araras, v. 4, n.1, p. 1-9, dez, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)**. Escolas promotoras de saúde: fortalecimento da iniciativa regional, estratégias e linhas de ação 2003-2012. Washington: OPAS, 2006.

SANTIAGO, L. M. et al. Implantação do Programa Saúde na Escola em Fortaleza-CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasilia, v. 65, n. 6, p. 1026-9, nov/dez, 2012.

SANTOS, T.F.; SILVA, J.F.; NASCIMENTO, M.B.C. Programa saúde na escola: contribuições e limites na perspectiva dos professores. **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação-SIMEDUC**, n. 7, 2016.

SILVA, C. M. et al. Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 15, n. 5, p. 2539-2550, dez, 2010.

SILVA, M. C. et al. Adaptação transcultural e validação da escala de clima do trabalho em equipe. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, n. 52, p. 1-11, out, 2016.

SOUZA, D. I. et al. Manual de orientações para projetos de pesquisa. **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha**, Novo Hamburgo, 2013. Disponível em <http://www.liberato.com.br/sites/default/files/manual_de_orientacoes_para_projetos_de_pesquisa.pdf>. Acesso: 28 mai 2019.

World Health Organization - WHO. WHO's global health initiative: health promoting schools. Atlanta: **WHO**. 1998. Disponível em: <http://www.who.int/school_youth_health/media/en/92.pdf?ua=1>. Acesso: 16 mar 2017.